



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1837451 - RJ (2018/0272653-3)

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**RECORRENTE** : TERRA NETWORKS BRASIL S/A  
**ADVOGADOS** : JOSE ROBERTO DE ALBUQUERQUE SAMPAIO E  
OUTRO(S) - RJ069747  
ANA TEREZA BASILIO E OUTRO(S) - RJ074802  
THIAGO VILAS BOAS ZIMMERMANN E OUTRO(S) -  
RJ148790  
JÉSSICA WENDLER E OUTRO(S) - RJ201292  
**RECORRIDO** : TV GLOBO LTDA  
**ADVOGADOS** : FLÁVIO DIZ ZVEITER E OUTRO(S) - RJ124187  
MARIANA BURITY MARTINS E OUTRO(S) - RJ124397

### EMENTA

*RECURSO ESPECIAL. DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. DIREITO AUTORAL. DIREITOS DE EXCLUSIVIDADE SOBRE EXIBIÇÃO, FIXAÇÃO E TRANSMISSÃO DE SONS E DE IMAGENS DO DESFILE DAS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO E DE SÃO PAULO DO CARNAVAL 2005. CONTRATOS DE CESSÃO REALIZADOS ENTRE A LIGA DAS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO E DE SÃO PAULO E TV GLOBO LTDA. AÇÃO CAUTELAR PROPOSTA PARA IMPEDIR A FIXAÇÃO E TRANSMISSÃO PELO PORTAL TERRA. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. ACÓRDÃO QUE EXAMINOU TODAS AS ALEGAÇÕES QUE SE MOSTRAVAM RELEVANTES À SOLUÇÃO DA LIDE. ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 273, § 1º, E 468 DO CPC/73. NÃO CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE APLICAÇÃO RETROATIVA DE MUDANÇA INTERPRETATIVA. LIMINAR QUE AUTORIZAVA TÃO SOMENTE A COBERTURA JORNALÍSTICA DO EVENTO. ALEGADA AFRONTA AO ART. 421 DO CC. INOCORRÊNCIA. DIREITO DE EXCLUSIVIDADE QUE DECORRE DO DIREITO DE AUTOR, GARANTIDO EM LEI E NA CONSTITUIÇÃO, E NÃO APENAS EM CONTRATO. OBRIGAÇÃO A TODOS IMPOSTA. ALEGADA VIOLAÇÃO DOS ARTS. 99, I, 421 E 2.035, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CC. NÃO OCORRÊNCIA. ESPETÁCULO QUE ESTÁ PROTEGIDO POR DIREITO AUTORAL MESMO QUE OCORRA EM LOGRADOURO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE DE AVERIGUAR ALEGAÇÃO DE QUE HOUVE APENAS COBERTURA JORNALÍSTICA. SÚMULA 7/STJ. ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 273, §§ 3º E 6º, E 461, §§ 4º E 6º, DO CPC/73 E AO ART. 884 DO CC. INOCORRÊNCIA. MULTA COMINATÓRIA ARBITRADA*

*EM VALOR RAZOÁVEL, CONSIDERANDO AS ESPECIFICIDADES DO CASO.*

*1. Recurso especial interposto no curso de ação cautelar inominada proposta por TV GLOBO LTDA com o objetivo de impedir TERRA NETWORKS BRASIL S/A de divulgar imagens e sons do Desfile das Escolas de Samba do Rio de Janeiro e de São Paulo no Carnaval de 2005, sobre os quais tem o direito exclusivo de exibição, fixação e transmissão, que lhe foram cedidos pelas respectivas Ligas das Escolas de Samba.*

*2. Não houve violação do art. 535, II do CPC/73, uma vez que o Tribunal de origem, em novo julgamento dos embargos de declaração, examinou de forma suficiente todas as alegações que se mostravam relevantes para a solução da lide.*

*3. A liminar concedida na origem, de forma clara, impediu a recorrente de divulgar imagens e sons cujos direitos de exclusividade fossem de titularidade da recorrida, tendo autorizado tão somente a cobertura jornalística, não havendo falar em aplicação retroativa de mudança de interpretação por parte do juiz.*

*4. Os direitos de exclusividade cedidos à TV GLOBO LTDA são expressão dos direitos de autor sobre a obra coletiva materializada no Desfile das Escolas de Samba do Rio de Janeiro e de São Paulo e, como tal, decorrem diretamente de lei e da própria Constituição, que impõem a todos a obrigação de respeitá-los.*

*5. O contrato firmado entre a TV GLOBO LTDA e as Ligas das Escolas de Samba do Rio de Janeiro e de São Paulo – de que teve ciência a recorrente – apenas operou a cessão dos direitos de exclusividade já existentes sobre a exibição, fixação e transmissão do espetáculo a que a recorrente já estava obrigada, à luz do art. 5º, XXVII, da CF e da Lei n. 9.610/98, não havendo falar em ofensa ao princípio da relatividade dos efeitos dos contratos.*

*6. A proteção aos direitos autorais e aos direitos a ele conexos, garantida pela Lei n. 9.610/98, subsiste mesmo que a obra esteja localizada ou seja realizada em logradouros públicos, como o Desfile das Escolas de Samba, cuja proteção recai não apenas sobre o desfile em si, mas também sobre todos os seus componentes que constituam, em si próprios, também criações intelectuais, tais como o figurino, a composição musical e a letra do samba-enredo, a coreografia, os carros alegóricos.*

*7. Tendo o Tribunal de origem consignado que a recorrente extrapolou a finalidade meramente informativa em sua cobertura do evento, não se mostra possível reexaminar o caráter da transmissão realizada, uma vez que exigiria o reexame de fatos e de provas. Aplicação da Súmula 7/STJ.*

*8. O valor total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) arbitrado a título de multa cominatória, equivalente a dois dias de descumprimento da liminar concedida na origem, não se mostra exorbitante no caso em tela, considerando o porte das empresas envolvidas, bem como a magnitude do evento em questão, sendo que a multa deve ser arbitrada em valor suficiente a desestimular o descumprimento da ordem judicial.*

*9. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.*

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da TERCEIRA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Ricardo Villas Bôas Cueva, Moura Ribeiro e Nancy Andrighi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Não participou do julgamento o Sr. Ministro Marco Aurélio Bellizze (art. 162, § 4º do RISTJ).

Brasília, 23 de fevereiro de 2021.

**Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO**

Relator

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.451 - RJ (2018/0272653-3)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**

**RECORRENTE : TERRA NETWORKS BRASIL S/A**

**ADVOGADO : JOSE ROBERTO DE ALBUQUERQUE SAMPAIO E OUTRO(S) - RJ069747**

**ADVOGADOS : ANA TEREZA BASILIO E OUTRO(S) - RJ074802  
THIAGO VILAS BOAS ZIMMERMANN E OUTRO(S) - RJ148790  
JÉSSICA WENDLER E OUTRO(S) - RJ201292**

**RECORRIDO : TV GLOBO LTDA**

**ADVOGADOS : FLÁVIO DIZ ZVEITER E OUTRO(S) - RJ124187  
MARIANA BURITY MARTINS E OUTRO(S) - RJ124397**

## **RELATÓRIO**

**O EXMO. SR. MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
(Relator):**

Trata-se de recurso especial interposto por TERRA NETWORKS BRASIL S/A contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro proferido no curso da ação cautelar inominada proposta por TV GLOBO LTDA.

A ementa do acórdão recorrido foi redigida nos seguintes termos (e-STJ fls. 567):

*Apelações cíveis. Medidas cautelares e respectivas ações ordinárias de obrigação de não fazer c/c pleitos indenizatórios. Julgamento conjunto. Contrato de cessão de direitos de transmissão de sons e imagens dos Carnavais de 2005 e 2006 firmado entre a TV GLOBO e as Ligas das Escolas de Samba do Rio de Janeiro e de São Paulo. Cláusula de exclusividade. Extemporaneidade da apelação interposta pela parte autora no processo cautelar relativo ao Carnaval do ano de 2005 por ausência de reiteração do apelo após o julgamento de embargos declaratórios. Posição do STJ sobre o tema. Transmissão irregular de imagens captadas pela ré em áreas cobertas pela referida cláusula. Prova pericial técnica conclusiva. Violação da exclusividade. Dano moral não configurado, em razão da ausência de ofensa à honra objetiva da autora. Demais danos não comprovados, à exceção de lucros cessantes, porém, apenas com relação ao Carnaval de 2005. Artigos 402 e 403 do CC/02. Liquidação por arbitramento. Art. 475-C, II, do CPC. Redução da multa imposta pelo descumprimento da liminar no Carnaval de 2005. Princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.*

*Sucumbência mantida como lançada na sentença. Apelo da autora na medida cautelar de 2005 (processo 001173- 43.2005.8.19.0001) que não é conhecido, provido parcialmente o apelo interposto pela ré na mesma ação para redução do valor da multa. Negado provimento ao apelo da ré na ação ordinária ajuizada em 2005 (processo 0039743- 39.2005.8.19.0001) e dado parcial provimento ao apelo da autora para se deferir a indenização relativa aos lucros cessantes. Negado provimento as demais recursos de ambas as partes nos outros processos ((0028224-33.2006.8.19.0001 e 0058540-29.2006.8.19.0001), que são, respectivamente, a medida cautelar e a ação ordinária ajuizadas em 2006.*

Opostos embargos de declaração (e-STJ fls. 600-606 e 608-612), foram rejeitados aqueles intentados por TERRA NETWORKS BRASIL S/A, porém acolhidos em parte os embargos de TV GLOBO LTDA, para conhecer do apelo, porém negar-lhe provimento (e-STJ fls. 638-45), em acórdão cuja ementa restou assim redigida:

*Embargos declaratórios opostos por ambas as partes. Tempestividade do apelo interposto pela parte autora que impõe seu conhecimento. O acórdão embargado não havia conhecido do apelo da TV GLOBO em razão da ausência de sua reiteração após a decisão que apreciou embargos declaratórios interpostos da sentença. Erro que se reconhece em virtude de petição com tal reiteração. No mérito, provimento negado ao referido apelo. Aferição da proporcionalidade e razoabilidade do valor da multa aplicada que cabe ao julgador. Multa arbitrada em 500.000,00, pelo Colegiado e que representa valor relevante. Aplicação da multa em apenas mais uma vez. Quanto aos embargos declaratórios opostos pela segunda embargante, não se vislumbram os requisitos para sua interposição. Rejeição. Necessidade de existência de perplexidade na decisão, seja por omissão, contradição ou obscuridade. A alegação da parte que pretende a revisão do julgado alegando omissão, inexistente, não suporta embargos de declaração. Contrariedade entre a decisão embargada e o interesse da parte não autoriza a interposição de embargos. Art. 535 do CPC. Embargos de declaração da TV GLOBO parcialmente acolhidos. Rejeição dos embargos declaratórios opostos por TERRA.*

O acórdão dos embargos de declaração foi anulado em decisão por mim proferida no REsp n. 1.410.337/RJ em 20 de novembro de 2014, diante da

omissão em examinar as questões suscitadas por TERRA NETWORKS BRASIL S/A, tendo sido determinado o retorno dos autos à origem para novo julgamento (e-STJ fls. 1.222-1.227).

Em novo julgamento, os embargos de declaração foram rejeitados mais uma vez, em acórdão cuja ementa foi redigida nos seguintes termos (e-STJ fls. 1.249):

*Embargos declaratórios opostos por ambas as partes. Tempestividade do apelo interposto pela parte autora que impõe seu conhecimento. O acórdão embargado não havia conhecido do apelo da TV GLOBO em razão da ausência de sua reiteração após a decisão que apreciou embargos declaratórios interpostos da sentença. Erro que se reconhece em virtude de petição com tal reiteração. No mérito, provimento negado ao referido apelo. Aferição da proporcionalidade e razoabilidade do valor da multa aplicada que cabe ao julgador. Multa arbitrada em R\$ 500.000,00, pelo Colegiado e que representa valor relevante. Aplicação da multa em apenas mais uma vez. Quanto aos embargos declaratórios opostos pela segunda embargante, não se vislumbram os requisitos para sua interposição. Necessidade de existência de perplexidade na decisão, seja por omissão, contradição ou obscuridade. A alegação da parte que pretende a revisão do julgado alegando omissão, inexistente, não suporta embargos de declaração. Contrariedade entre a decisão embargada e o interesse da parte não autoriza a interposição de embargos. Art. 535 do CPC. Embargos de declaração da TV GLOBO parcialmente acolhidos. Rejeição dos embargos declaratórios opostos por TERRA.*

Em suas razões (e-STJ fls. 1.267-1.294), a recorrente alega a ocorrência de violação do art. 535, II, do CPC/73, sustentando que o Tribunal de origem, em descumprimento à decisão deste Superior Tribunal, não se manifestou acerca da alegação de que as Ligas das Escolas de Samba não são detentoras de espaços públicos, de forma que não poderiam conferir exclusividade de transmissão. Afirma, ainda, que o Tribunal de origem afrontou os arts. 99, I, 421, 884 e 2.035, parágrafo único, do CC e os arts. 273, §§ 1º, 3º e 6º, 461, §§ 4º e 6º, e 468 do CPC, defendendo que: a) a liminar expressamente autorizou a recorrente a proceder à cobertura do carnaval de 2005 na chegada dos foliões à armação, concentração e dispersão, bem como a ter acesso às arquibancadas e aos

camarotes, não podendo o juízo de origem conferir efeito retroativo a sua mudança interpretativa; b) o Tribunal de origem impôs à recorrente obrigação oriunda de contrato do qual não participou, estendendo indevidamente a terceiro os efeitos dos contratos firmados entre a recorrida e as Ligas das Escolas de Samba; c) as Ligas não podem negociar e dispor de logradouros públicos, pois não são detentoras desses espaços, não tendo sido observado o princípio da função social do contrato como limite à liberdade de contratar; d) à multa fixada na origem foi conferido equivocadamente um caráter indenizatório, sendo que seu valor não guarda qualquer vinculação com os parâmetros da suficiência e da compatibilidade, ensejando o enriquecimento sem causa da recorrida.

Não foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 1.314).

O recurso especial foi inadmitido pela Terceira Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (e-STJ fls. 1.567-1.575).

Interposto agravo (e-STJ fls. 1.578-1.606), a ele dei provimento, para determinar sua conversão em recurso especial (e-STJ fls. 1.658-1.659).

Vieram-me conclusos os autos.

É o relatório.

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.451 - RJ (2018/0272653-3)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**

**RECORRENTE : TERRA NETWORKS BRASIL S/A**

**ADVOGADO : JOSE ROBERTO DE ALBUQUERQUE SAMPAIO E OUTRO(S) - RJ069747**

**ADVOGADOS : ANA TEREZA BASILIO E OUTRO(S) - RJ074802  
THIAGO VILAS BOAS ZIMMERMANN E OUTRO(S) - RJ148790  
JÉSSICA WENDLER E OUTRO(S) - RJ201292**

**RECORRIDO : TV GLOBO LTDA**

**ADVOGADOS : FLÁVIO DIZ ZVEITER E OUTRO(S) - RJ124187  
MARIANA BURITY MARTINS E OUTRO(S) - RJ124397**

**EMENTA**

*RECURSO ESPECIAL. DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. DIREITO AUTORAL. DIREITOS DE EXCLUSIVIDADE SOBRE EXIBIÇÃO, FIXAÇÃO E TRANSMISSÃO DE SONS E DE IMAGENS DO DESFILE DAS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO E DE SÃO PAULO DO CARNAVAL 2005. CONTRATOS DE CESSÃO REALIZADOS ENTRE A LIGA DAS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO E DE SÃO PAULO E TV GLOBO LTDA. AÇÃO CAUTELAR PROPOSTA PARA IMPEDIR A FIXAÇÃO E TRANSMISSÃO PELO PORTAL TERRA. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. ACÓRDÃO QUE EXAMINOU TODAS AS ALEGAÇÕES QUE SE MOSTRAVAM RELEVANTES À SOLUÇÃO DA LIDE. ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 273, § 1º, E 468 DO CPC/73. NÃO CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE APLICAÇÃO RETROATIVA DE MUDANÇA INTERPRETATIVA. LIMINAR QUE AUTORIZAVA TÃO SOMENTE A COBERTURA JORNALÍSTICA DO EVENTO. ALEGADA AFRONTA AO ART. 421 DO CC. INOCORRÊNCIA. DIREITO DE EXCLUSIVIDADE QUE DECORRE DO DIREITO DE AUTOR, GARANTIDO EM LEI E NA CONSTITUIÇÃO, E NÃO APENAS EM CONTRATO. OBRIGAÇÃO A TODOS IMPOSTA. ALEGADA VIOLAÇÃO DOS ARTS. 99, I, 421 E 2.035, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CC. NÃO OCORRÊNCIA. ESPETÁCULO QUE ESTÁ PROTEGIDO POR DIREITO AUTORAL MESMO QUE OCORRA EM LOGRADOURO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE DE AVERIGUAR ALEGAÇÃO DE QUE HOUVE APENAS COBERTURA JORNALÍSTICA. SÚMULA 7/STJ. ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 273, §§ 3º E 6º, E 461, §§ 4º E 6º, DO*



**CPC/73 E AO ART. 884 DO CC. INOCORRÊNCIA. MULTA COMINATÓRIA ARBITRADA EM VALOR RAZOÁVEL, CONSIDERANDO AS ESPECIFICIDADES DO CASO.**

1. *Recurso especial interposto no curso de ação cautelar inominada proposta por TV GLOBO LTDA com o objetivo de impedir TERRA NETWORKS BRASIL S/A de divulgar imagens e sons do Desfile das Escolas de Samba do Rio de Janeiro e de São Paulo no Carnaval de 2005, sobre os quais tem o direito exclusivo de exibição, fixação e transmissão, que lhe foram cedidos pelas respectivas Ligas das Escolas de Samba.*

2. *Não houve violação do art. 535, II do CPC/73, uma vez que o Tribunal de origem, em novo julgamento dos embargos de declaração, examinou de forma suficiente todas as alegações que se mostravam relevantes para a solução da lide.*

3. *A liminar concedida na origem, de forma clara, impediu a recorrente de divulgar imagens e sons cujos direitos de exclusividade fossem de titularidade da recorrida, tendo autorizado tão somente a cobertura jornalística, não havendo falar em aplicação retroativa de mudança de interpretação por parte do juiz.*

4. *Os direitos de exclusividade cedidos à TV GLOBO LTDA são expressão dos direitos de autor sobre a obra coletiva materializada no Desfile das Escolas de Samba do Rio de Janeiro e de São Paulo e, como tal, decorrem diretamente de lei e da própria Constituição, que impõem a todos a obrigação de respeitá-los.*

5. *O contrato firmado entre a TV GLOBO LTDA e as Ligas das Escolas de Samba do Rio de Janeiro e de São Paulo – de que teve ciência a recorrente – apenas operou a cessão dos direitos de exclusividade já existentes sobre a exibição, fixação e transmissão do espetáculo a que a recorrente já estava obrigada, à luz do art. 5º, XXVII, da CF e da Lei n. 9.610/98, não havendo falar em ofensa ao princípio da relatividade dos efeitos dos contratos.*

6. *A proteção aos direitos autorais e aos direitos a ele conexos, garantida pela Lei n. 9.610/98, subsiste mesmo que a obra esteja localizada ou seja realizada em logradouros públicos, como o Desfile das Escolas de Samba, cuja proteção recai não apenas sobre o desfile em si, mas também sobre todos os seus componentes que constituam, em si próprios, também criações intelectuais, tais como o figurino, a composição musical e a letra do samba-enredo, a coreografia, os carros alegóricos.*

7. *Tendo o Tribunal de origem consignado que a recorrente*

*extrapolou a finalidade meramente informativa em sua cobertura do evento, não se mostra possível reexaminar o caráter da transmissão realizada, uma vez que exigiria o reexame de fatos e de provas. Aplicação da Súmula 7/STJ.*

*8. O valor total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) arbitrado a título de multa cominatória, equivalente a dois dias de descumprimento da liminar concedida na origem, não se mostra exorbitante no caso em tela, considerando o porte das empresas envolvidas, bem como a magnitude do evento em questão, sendo que a multa deve ser arbitrada em valor suficiente a desestimular o descumprimento da ordem judicial.*

*9. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.*

**VOTO**

**O EXMO. SR. MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
(Relator):**

Eminentes Colegas, não merece provimento o presente recurso especial.

Inicialmente, esclareço que o presente recurso, bem como os três outros recursos especiais também em pauta na presente sessão de julgamento – REsp n. 1.837.685/RJ, Resp n. 1.897.342/RJ e REsp n. 1.893.428/RJ –, derivam de um só acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que julgou conjuntamente quatro ações propostas por TV GLOBO LTDA contra TERRA NETWORKS BRASIL S/A.

TV GLOBO LTDA, na condição de cessionária dos direitos de exibição, fixação e transmissão dos desfiles das Escolas de Samba de São Paulo e do Rio de Janeiro, ajuizou a presente ação cautelar com o objetivo de impedir TERRA NETWORKS BRASIL S/A de transmitir imagens e sons dos desfiles de Carnaval de 2005 do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Posteriormente, ingressou com ação principal, em que, além de reiterar o pedido de tutela inibitória, formulou pedido indenizatório. Ajuizou ainda, ação cautelar e ação principal com objetos semelhantes, porém referentes ao Carnaval de 2006. Essas três ações deram origem aos recursos especiais acima mencionados.

Na ação cautelar referente ao Carnaval de 2005 – objeto do presente recurso – foi deferida a liminar, posteriormente confirmada pela sentença, tendo sido fixada multa de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a ser corrigida monetariamente a contar do descumprimento e acrescida de juros legais a partir da sentença. A sentença, no que diz respeito à presente ação, foi parcialmente reformada pelo Tribunal de origem, apenas para reduzir o valor da multa para R\$

500.000,00 (quinhentos mil reais) pelos dois dias em que houve descumprimento da liminar.

A controvérsia do presente recurso especial diz respeito a verificar: a) se o Tribunal de origem incidiu em omissão mesmo após o novo julgamento dos embargos de declaração; b) se as imagens veiculadas pela recorrente estavam incluídas na vedação constante da liminar concedida; c) se os contratos de cessão firmados entre a recorrida e as Ligas das Escolas de Samba são oponíveis à recorrente; d) se o contrato poderia conceder exclusividade sobre evento realizado em logradouro público; e) se o valor arbitrado a título de multa pelo descumprimento da liminar se mostra manifestamente excessivo.

Passo ao exame das razões recursais, ponto a ponto.

**I – Da alegada violação do art. 535, II, do CPC/73:**

De início, cumpre ressaltar que o acórdão que julgara os embargos de declaração opostos na origem foi anulado em decisão monocrática por mim proferida no Resp n. 1.410.337/RJ em 20 de novembro de 2014, diante da omissão em examinar várias das questões suscitadas.

Diante disso, o Tribunal de origem procedeu a novo julgamento dos embargos de declaração, tendo, desta feita, examinado suficientemente todas as questões levantadas pela ora recorrente, não havendo falar em violação do art. 535, II, do CPC/73.

Segundo alega a recorrente, no entanto, o Tribunal de origem, em manifesto descumprimento à decisão de minha relatoria, teria deixado de pronunciar-se acerca do fato de que as Ligas das Escolas de Samba não são detentoras de espaços públicos, sobre os quais não poderiam dispor em contrato.

Ocorre que, acerca da possibilidade de se dispor em contrato sobre a referida exclusividade, o Tribunal de origem assim se manifestou, *verbis* (e-STJ fls. 1.257):

*O contrato celebrado entre a autora e a Liga das Escolas de Samba*

*foi de exclusividade do direito de exibição, fixação e transmissão de sons e imagens dos carnavais relativos aos anos de 2005 a 2009, devendo-se, pois, observar o princípio da autonomia da vontade. O que se vedou foi a violação dos direitos decorrentes da avença, estes sim oponíveis a terceiros, como na hipótese dos autos e da qual tinha pleno conhecimento a ora recorrente.*

*Ademais, assinale-se novamente, por oportuno, que outros órgãos de imprensa realizaram a cobertura do evento sem qualquer violação aos direitos de exclusividade detidos pela parte autora.*

*Não há, pois, que se falar em ofensa ao art. 421 do Código Civil, bem como aos artigos 99, I, e 2.065 do referido diploma legal, eis que inexistente qualquer ofensa a preceitos de ordem pública na hipótese.*

Mostra-se suficiente a fundamentação adotada no acórdão, sendo que o fato de o Tribunal de origem não ter explicitamente examinado a alegação de impossibilidade de as Ligas das Escolas de Samba disporem de logradouro público em si não tem o condão de ensejar violação do art. 535, II, do CPC/73, uma vez que a questão se mostra absolutamente irrelevante à solução da lide.

Com efeito, é indiscutível que a ninguém é dado dispor sobre logradouros públicos, não tendo sido essa a questão controvertida no presente caso, que sequer trata de tentativa de dispor de logradouros públicos por parte da recorrida ou mesmo por parte das Ligas das Escolas de Samba.

A lide versa tão somente acerca da violação a um direito de exclusividade que, no ordenamento jurídico pátrio – mais especificamente à luz da Lei 9.610/98 –, goza de proteção independentemente do local onde se encontra materialmente consubstanciado, vale dizer, ainda que esteja em logradouro público.

Daí a conclusão do acórdão recorrido de que “*o que se vedou foi a violação dos direitos decorrentes da avença*”, inclusive com a menção ao fato de que outros veículos de imprensa também cobriram o evento sem, no entanto, violar qualquer direito.

Não há falar, portanto, em violação do art. 535, II, do CPC/73.

**II – Da alegada violação dos arts. 273, § 1º, e 468 do CPC/73:**

A recorrente alega que a decisão liminar a teria expressamente autorizado a fazer a cobertura do Carnaval de 2005 “*na chegada dos foliões à armação, concentração e dispersão, bem como seu acesso às arquibancadas e aos camarotes*” (e-STJ fls.1.278), sendo que a posterior conclusão de que o direito de exclusividade abrangia também outras áreas do desfile não poderia retroagir para atingir a cobertura já realizada.

Todavia, não lhe assiste razão.

Das razões recursais, se infere que a recorrente partiu da premissa de que o juízo de origem lhe teria dado carta branca para veicular tudo o que dissesse respeito ao Carnaval 2005, desde que não transmitisse imagens do desfile em si.

Essa premissa, no entanto, se mostra equivocada.

Em primeiro lugar, não se pode perder de vista que a liminar postulada pela TV GLOBO LTDA foi deferida na ação cautelar, tendo a recorrente sido ordenada a se abster “*de divulgar em seu portal/site imagens/sons do carnaval cujos direitos de transmissão são de exclusiva titularidade da requerente*”.

Posteriormente, o juiz, manifestando-se acerca do pedido de reconsideração – sem, no entanto, modificar a liminar – apenas esclareceu que, *verbis*:

*"Qualquer situação deve ser analisada à luz do princípio da razoabilidade. Não entendeu este Magistrado impedir o acesso da ré aos locais dos desfiles, a fim de que possa ser realizada cobertura do carnaval, o que é normalmente feito por várias entidades da mídia. O que não pode a ré é exibir imagens/sons do desfile. Destarte, a liminar não impede a ré de proceder à cobertura dos eventos nos termos do item 44, b.2. Quanto ao contido no item b.1, a utilização vai depender, logicamente, da autorização a ser analisada em cada caso em concreto."*

Deste trecho, denota-se de forma inequívoca que o magistrado buscou tão somente elucidar que, ao garantir o direito de exclusividade da autora-recorrida por meio da concessão da liminar, não estava proibindo a ré-recorrente de realizar a cobertura jornalística do evento. Desde que observado o princípio da

razoabilidade e não violados os direitos de transmissão, poderia a ré, assim como os demais veículos de imprensa, cobrir o evento.

Disso não se extrai que a ré-recorrente poderia transmitir livre e ilimitadamente o evento fora do desfile em si, especialmente se o seu intuito principal não era o de simplesmente informar, mas, sim, explorar economicamente a cobertura do espetáculo.

Há uma significativa diferença entre, de um lado, realizar uma cobertura meramente jornalística e, de outro, proceder abertamente à exploração comercial de evento realizado por terceiros, sendo que a transposição da linha que separa essas duas modalidades de utilização das imagens e dos sons do Carnaval 2005 se deu por conta e risco da recorrente, não havendo falar em aplicação retroativa da conclusão a que chegou a sentença.

Essa também foi a conclusão a que chegou o Tribunal de origem, *verbis* (e-STJ fls. 576):

*É de se ressaltar que a decisão de fls. 164v, que concedeu a liminar, não foi revogada e nem reconsiderada pela decisão de fls. 172, publicada a fls. 215. Essa segunda decisão, inclusive, fez referência à liminar, esclarecendo que a ré não estava impedida de cobrir o evento. Ou seja, o evento poderia ser coberto, desde que respeitada a liminar, que estabelecia que a ré não poderia postar no seu portal/site "imagens/sons do carnaval". Por óbvio que tal impingia à ré uma limitação à sua atividade, mas não impedia ser exercício.*

Deve, portanto, ser mantido o acórdão recorrido quanto a este ponto.

### **III – Da alegada ofensa ao art. 421 do CC:**

A recorrente alega que o acórdão recorrido lhe teria estendido indevidamente os efeitos do contrato firmado entre TV GLOBO LTDA e as Ligas das Escolas de Samba, argumentando que não pode ser obrigada a respeitar o direito de exclusividade previsto em contrato do qual não foi parte, ainda que dele tenha tido ciência.

O Tribunal de origem, por sua vez, concluiu que a recorrente está obrigada a observar o direito de exclusividade existente sobre a exibição, a fixação e a transmissão de sons e de imagens dos carnavais que, por meio de contrato, foi cedido à recorrente, especialmente quando havia ciência inequívoca da existência do referido direito.

Não merece reforma o acórdão recorrido.

O direito de exclusividade sobre o qual se funda a presente ação não surgiu do contrato havido entre a TV GLOBO LTDA e a Liga das Escolas de Samba do Rio de Janeiro e de São Paulo. Ele reside, em verdade, no próprio direito de autor de que são titulares, como organizadores de obras coletivas, as Ligas das Escolas de Samba.

O desfile de Carnaval, como todo espetáculo de grandes proporções, compõe-se de uma miríade de obras, consubstanciadas, dentre outras, na composição musical e na letra do samba-enredo, no roteiro, nos figurinos, na coreografia, nos carros alegóricos e na própria performance de músicos e de dançarinos. Trata-se, portanto, de uma obra dramático-musical complexa, composta de diversas outras obras intelectuais, criações do espírito, que, como tal, gozam da proteção garantida pelo art. 5º, XXVII, da CF e pela Lei n. 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais), desde sua criação.

O direito de exclusividade de que trata a presente ação é, assim, expressão do direito de autor e dos direitos a ele conexos, que protegem toda a intrincada rede de obras autorais de que resulta um espetáculo como o Desfile das Escolas de Samba. A necessidade de sua observância decorre, pois, diretamente da lei e da Constituição, e não do contrato.

Com efeito, o direito autoral, à semelhança do direito de propriedade, confere ao seu titular uma exclusividade, isto é, a possibilidade de excluir outros de seu uso e de seu gozo: há uma obrigação *erga omnes* de não fazer.

Todos devem se abster de utilizar de forma pública a obra protegida sem



prévia autorização de seu titular.

A diferença está no fato de o direito autoral não recair sobre um bem corpóreo, mas sobre um bem intangível, isto é, sobre a própria criação intelectual.

O direito de exclusividade é garantido pelos arts. 28 e 29 da Lei n. 9.610/98, que conferem ao criador o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor de sua obra, sendo que sua utilização em qualquer modalidade – incluindo a reprodução parcial ou integral, bem como a exibição - depende de sua prévia e expressa autorização.

As Ligas das Escolas de Samba, na condição de organizadoras do evento, detêm, nos termos do art. 17, § 2º, da Lei de Direitos Autorais, a titularidade dos direitos patrimoniais sobre o conjunto da obra coletiva, ainda que seja assegurada a proteção às participações individuais.

Logo, é delas o direito exclusivo de escolher quem será autorizado a utilizar publicamente – inclusive via internet – as imagens e sons e tudo o mais que diga respeito ao espetáculo que organizam, salvo, é claro, os casos de exceção aos direitos autorais previstos no art. 46 da Lei n. 9.610/98, dentre os quais se inclui a reprodução de notícia ou de artigo informativo.

As Ligas podem igualmente ceder, parcial ou integralmente, os direitos patrimoniais sobre a obra protegida, nos termos do art. 49 da Lei n. 9.610/98, como forma também de financiar toda a comunidade que se dedica à atividade criativa sem a qual seria inviável imaginar a própria existência do Desfile das Escolas de Samba.

Esse foi justamente o objeto do contrato em questão, firmado entre a TV GLOBO LTDA e a Liga das Escolas de Samba do Rio de Janeiro e de São Paulo, o qual se limitou a ceder à recorrida o direito de exclusividade sobre a transmissão, a fixação e a exibição da obra coletiva protegida.

Disso decorre que a recorrente já estava – antes mesmo do contrato –, obrigada a respeitar o direito de exclusividade em questão, uma vez que

decorrente da proteção de que gozam os direitos autorais e os direitos conexos.

O contrato, do qual a recorrente teve ciência antes do Carnaval, conforme afirmado no acórdão recorrido, apenas alterou sua titularidade.

Se, antes, o direito pertencia às próprias Ligas das Escolas de Samba, com o contrato, ele passou a pertencer à TV GLOBO LTDA.

Inquestionável, pois, que a recorrente tinha a obrigação, decorrente de lei e da própria Constituição, de respeitar o direito de propriedade intelectual alheio, independentemente de quem fosse o titular.

Portanto, não há falar em ofensa ao princípio da relatividade dos contratos e tampouco em violação do art. 421 do CC.

**IV – Da alegada ofensa aos arts. 99, I, 421 e 2.035, parágrafo único, do CC:**

Segundo alega a recorrente, o acórdão não poderia ter considerado legal a concessão, por particular, de exclusividade sobre a exploração de logradouros públicos, tendo havido ofensa à função social do contrato como limite à liberdade de contratar.

Defende que eventual exclusividade deveria se restringir à divulgação de imagens do desfile propriamente dito, sem impedir a cobertura do espetáculo em locais públicos, ressaltando que o Carnaval “*é um evento cultural público, que pertence a todos e, ao mesmo tempo, a ninguém isoladamente*” (e-STJ fls. 1.286).

Não lhe assiste razão.

Conforme explicitado no item acima, o direito de exclusividade sobre o qual se funda a presente ação não se originou de contrato, mas, sim, da proteção dos direitos de autor e dos direitos a eles conexos que incidem sobre a obra coletiva consistente no Desfile das Escolas de Samba.

Diante disso, não há falar em função social do contrato e tampouco em extrapolação da liberdade de contratar, quando a obrigação da recorrente de respeitar os direitos de propriedade intelectual decorreu diretamente da lei e da

Constituição.

O contrato firmado entre a TV GLOBO LTDA e as Ligas das Escolas de Samba, pelo que se depreende do acórdão recorrido, realizou apenas a cessão de tais direitos e, diferentemente do quanto alega a recorrente, não representou a concessão, por particular, da exploração de bem de uso comum do povo.

Note-se que a proteção conferida aos direitos autorais se verifica, como regra, ainda que a criação intelectual esteja materializada em obra localizada em logradouro público.

O simples fato de uma obra autoral estar em local público não a torna pública e tampouco autoriza sua apropriação por terceiros. Isso foi, inclusive, recentemente afirmado por esta Terceira Turma em julgado de relatoria do eminente Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, que versava acerca da utilização não autorizada de grafismo:

*RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DIREITO AUTORAL. VIOLAÇÃO. OBRA ARTÍSTICA. GRAFITISMO. MANIFESTAÇÃO CULTURAL. PROTEÇÃO LEGAL. EXPLORAÇÃO COMERCIAL. AUTORIZAÇÃO DO AUTOR. INEXISTÊNCIA. LOGRADOURO PÚBLICO. PUBLICIDADE. FINS LUCRATIVOS. CONSENTIMENTO. IMPRESCINDIBILIDADE. ART. 48 DA LEI Nº 9.610/1998 (LDA). PREJUÍZO. EXISTÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. CABIMENTO. CRÉDITO. IDENTIFICAÇÃO. INDISPONIBILIDADE. ARTS. 24 e 79, §1º, DA LDA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA.*

*1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).*

*2. Cinge-se a controvérsia a aferir se a conduta da ré, de utilizar obra de arte do autor, localizada em logradouro público, em proveito econômico e comercial próprio, sem a necessária autorização do criador, sem lhe oferecer remuneração ou indicar seu crédito, caracteriza infração ao art. 48 da Lei nº 9.610/1998 (LDA).*

*3. A obra artística representada pelo grafite é protegida pela Lei de Direitos Autorais, sendo que eventual exposição de desenho sem o consentimento do autor, sua identificação por meio de créditos (art. 79, § 1º, da Lei 9.610/1988) ou remuneração retratam contrafação*

*passível de indenização moral e patrimonial.*

**4. Somente ao autor é conferida a possibilidade de permitir a exploração econômica ou comercial de sua obra de arte, ainda que esta se encontre em logradouro público.**

**5. Recurso especial não provido.**

*(REsp 1746739/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/08/2020, DJe 31/08/2020) (Grifou-se)*

De fato, embora as ruas, as estradas, as praças e inclusive a internet sejam locais de uso comum, as coisas ali localizadas não necessariamente configuram *res publica* e tampouco *res nullius*. Assim como uma carteira esquecida em banco de praça não pode(ria) ser apropriada por terceiros, uma obra dramático-musical realizada em logradouro público também não pode ser objeto de exploração econômica por quem não esteja devidamente autorizado por seu titular. O provérbio “*achado não é roubado*”, como é cediço, não encontra sustentáculo em um Estado Democrático de Direito.

Nesse contexto, a afirmação da recorrente de que o Carnaval “*é um evento cultural público, que pertence a todos e, ao mesmo tempo, a ninguém isoladamente*” (e-STJ fls. 1.286), não se mostra precisamente correta.

É inegável que o Carnaval configura, no Brasil em particular, um evento cultural público, data comemorativa inapropriável, em si, por quem quer que seja. Isso não significa, porém, que as obras autorais realizadas e reproduzidas durante suas festividades sejam de utilização livre e tampouco que estejam em domínio público.

Esse Superior Tribunal inclusive já afirmou a necessidade de pagamento de retribuição em razão da utilização de obras musicais reproduzidas sem autorização em festa de Carnaval realizada por município:

***AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. ECAD. COBRANÇA DE DIREITOS AUTORAIS. EXECUÇÃO PÚBLICA DE MÚSICAS. MUNICÍPIO. PAGAMENTO. FESTA DE CARNAVAL. ANO DE 2000. LEI 9.610/98.***

***1. Alegação genérica, sem a indicação incisiva do dispositivo,***

*supostamente, ofendido, além de não atender à técnica própria de interposição do recurso especial, configura deficiência de fundamentação. Inteligência da Súmula 284/STF.*

*2. "A utilização de obras musicais em espetáculos carnavalescos gratuitos promovidos pela municipalidade enseja a cobrança de direitos autorais à luz da novel Lei n. 9.610/98, que não mais está condicionada à auferição de lucro direto ou indireto pelo ente promotor." (REsp 524.873/ES, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2003, DJ 17/11/2003, p. 199) 3. A interposição, nesta Corte, de agravo regimental manifestamente infundado torna forçosa a aplicação da multa prevista no artigo 557, § 2º, do Código de Processo Civil.*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa.*

*(AgRg no Ag 1363434/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 01/07/2011)*

Portanto, o simples fato de uma obra dramático-musical complexa como o Desfile das Escolas de Samba ser realizada durante o Carnaval e em logradouro público não autoriza a conclusão de que pode ser livremente transmitida via internet pela recorrente, sem que haja prévia autorização do titular do direito de exclusividade.

Mesmo as áreas que não englobam o desfile em si, mas que o circundam, podem conter obras protegidas, tais como figurinos, coreografias e carros alegóricos e, por isso, a transmissão de imagens e sons dessas áreas também podem ensejar violação a direitos autorais. A proteção, portanto, não recai sobre o local em que realizado o espetáculo, mas sobre o espetáculo em si, inclusive sobre seus componentes que constituam, em si próprios, também uma obra intelectual.

A recorrente alega, ainda, que há um interesse público na obtenção de informações relativas a esse evento cultural, que não pode ser tolhido. Nesse ponto, a recorrente tem razão, ao menos em tese.

Com efeito, o art. 46, I, da Lei n. 9.610/98 prevê como exceção aos direitos de autor e aos direitos conexos a reprodução de notícia ou de artigo informativo na imprensa diária ou periódica. Portanto, em interpretação extensiva, as obras

autorais podem vir a ser utilizadas na veiculação de informação – desde que exclusivamente com esse fim –, sem que seja necessário, para tanto, autorização do particular.

Isso, porém, foi expressamente garantido à recorrente, conforme constou do acórdão recorrido que rejulgou os embargos de declaração, *verbis* (e-STJ fls. 1.255):

*Não há que se falar, pois, em retroação dos efeitos da liminar, nem mesmo em proibição à cobertura jornalística do evento pela ora embargante, na medida em que a vedação restou afeta à violação aos direitos de exclusividade da parte autora. Por oportuno, registre-se que outros órgãos de imprensa realizaram a cobertura do evento sem qualquer violação aos direitos detidos pela TV Globo.*

Todavia, ainda assim, concluiu o Tribunal de origem que houve, por parte da recorrente, uma extrapolação na finalidade da transmissão, que não foi meramente jornalística, conforme se infere do seguinte trecho do acórdão recorrido (e-STJ fls. 576):

*Pelos argumentos acima explanados, tem-se por incontestável a lesão sofrida pela TV GLOBO, que teve seu direito de exclusividade violado por TERRA NETWORKS na medida em que essa extrapolou seu direito de prestar informação quando, nada obstante sabedora da existência do contrato de exclusividade, descumpriu a respectiva determinação judicial.*

Nesse contexto, verificar a natureza da transmissão realizada pela recorrente, a fim de averiguar se a cobertura teve finalidade estritamente jornalística ou se acabou por ensejar exploração comercial do evento exigiria, sem dúvida, o reexame dos fatos e das provas constantes dos autos, o que sabidamente não é possível nesta instância especial, à luz da Súmula 7/STJ.

**V – Da alegada ofensa aos arts. 273, §§ 3º e 6º, e 461, §§ 4º e 6º, do CPC/73 e ao art. 884 do CC:**

Por fim, a recorrente alega que à multa cominatória foi indevidamente

conferido caráter indenizatório, sendo que o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) não se mostra compatível com o suposto ilícito praticado, caracterizando enriquecimento sem causa, uma vez que equivaleria a 10% do valor do contrato de exclusividade firmado entre a TV GLOBO LTDA e a Liga das Escolas de Samba do Rio de Janeiro.

Note-se que o Tribunal de origem já havia reduzido o valor total devido a título de multa pelos dois dias de descumprimento da liminar, inicialmente fixado em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), por entender que o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) atende aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, em observância à vedação de enriquecimento sem causa.

Não merece reforma o acórdão recorrido.

Saliento que, como regra, não se mostra possível, nesta instância especial, proceder à revisão do valor estabelecido como multa diária pelas instâncias ordinárias, em razão da impossibilidade de reexame de fatos e de provas, nos termos da Súmula 7/STJ. Apenas excepcionalmente, quando o valor for manifestamente desproporcional, por se mostrar irrisório ou exorbitante, pode haver alteração no julgamento de recurso especial.

Esse é o entendimento deste Superior Tribunal, conforme se infere dos seguintes julgados:

*PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. MUNICÍPIO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. TRANSPORTE ESPECIAL E ASSISTÊNCIA DE PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR. PESSOA COM DEFICIÊNCIA. MULTA DIÁRIA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. RECURSO REPETITIVO. RESP Nº 1.474.665/RS. QUANTUM DO VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE MULTA. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AFASTAMENTO. POSSIBILIDADE NÃO CONFIGURADA NESTES AUTOS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. SÚMULA 126/STJ. ÓBICE.*

*1. Trata-se, na origem, de Ação de obrigação de fazer com pedido de tutela de urgência proposta pelo autor contra o Município de Americana/SP consistente no fornecimento de transporte especial e disponibilização de profissional de apoio escolar - cuidador -, nos*

*termos especificados na inicial.*

*2. É pacífico o entendimento do STJ, que admite a imposição da multa cominatória prevista no art. 461, § 4º, do CPC à Fazenda Pública. A Primeira Seção, ao julgar o REsp 1.474.665/RS, da relatoria do ilustre Ministro Benedito Gonçalves, sob o rito dos Recursos Repetitivos, entendeu caber multa em condenações de obrigação de fazer contra a Fazenda Pública.*

***3. O valor da astreinte estabelecido pela instância ordinária pode ser revisto nesta esfera tão somente nas hipóteses em que a condenação revelar-se irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não é o caso dos autos. Aplica-se, nesse ponto, a Súmula 7 do STJ.***

*(...)*

*(AREsp 1615114/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/08/2020, DJe 14/09/2020)*

***PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DECLARATÓRIA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO. INSERÇÃO INDEVIDA DE GRAVAME DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE VEÍCULO. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM. RAZOABILIDADE. ASTREINTES. REVISÃO. PRETENSÃO RECURSAL QUE ENVOLVE O REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. AFASTAMENTO DE JUROS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INOVAÇÃO RECURSAL. VEDAÇÃO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.***

*1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

*2. A alteração das conclusões do acórdão recorrido, no que tange ao valor do dano moral, exige a reapreciação do acervo fático-probatório da demanda, o que faz incidir o óbice da Súmula nº 7 do STJ.*

***3. Consoante a jurisprudência do STJ, o valor arbitrado a título de astreintes somente pode ser revisto excepcionalmente, quando irrisório ou exorbitante, sob pena de ofensa ao disposto na Súmula nº 7 desta Corte.***

*4. É vedado à parte recorrente, em agravo interno, suscitar matéria que não foi arguida quando da interposição do apelo nobre, em virtude da ocorrência da preclusão consumativa.*

*5. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no AREsp 1479962/SC, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO,*



*TERCEIRA TURMA, julgado em 17/02/2020, DJe 19/02/2020)*

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1.042 DO CPC/15) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DO AGRAVANTE.*

*1. É lícito ao magistrado, conforme autorizado pelo § 1º do artigo 537 do CPC/15, a requerimento da parte ou de ofício, alterar o valor e a periodicidade da multa, quando entender ser esta insuficiente ou excessiva. Precedentes do STJ.*

*2. Aplicação do óbice da Súmula 7/STJ. A fixação das astreintes por descumprimento de decisão judicial se baseia nas peculiaridades da causa e o valor somente comporta revisão por este Tribunal Superior quando irrisório ou exorbitante, o que não ocorre na hipótese dos autos.*

*3. Esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame do dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem. Precedentes.*

*4. Agravo interno desprovido.*

*(AgInt no AREsp 1136517/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 30/05/2018)*

No presente caso, o valor arbitrado pelo Tribunal de origem não se mostra exorbitante, especialmente considerando o porte das empresas envolvidas, bem como a importância dos eventos em questão, não havendo falar em inobservância dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

A multa cominatória, por sua própria finalidade, deve ser arbitrada em valor que se mostre suficiente e adequado para desestimular o descumprimento da determinação judicial. Deve, assim, ser fixada em valor consentâneo com os interesses envolvidos, sendo que, em um evento de grande porte como o Desfile das Escolas de Samba tanto do Rio de Janeiro quanto de São Paulo, a que assistem simultaneamente dezenas de milhões de pessoas no Brasil inteiro, o retorno esperado é de grande magnitude.

Por conseguinte, a multa arbitrada com o intuito de evitar uma transmissão

indevida deve ser proporcionalmente alta, sob pena de tornar economicamente interessante para o réu o descumprimento de ordem judicial, o que, à toda evidência, não pode ser admitido.

Portanto, levando em consideração as especificidades do caso, entendo não ser exorbitante o valor arbitrado a título de multa.

**Ante todo o exposto, nego provimento ao recurso especial.**

Deixo de fixar honorários recursais, nos termos do Enunciado Administrativo n. 7/STJ, visto que o acórdão recorrido foi proferido na vigência do CPC/73.

É o voto.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO  
TERCEIRA TURMA**

Número Registro: 2018/0272653-3

PROCESSO ELETRÔNICO REsp 1.837.451 / RJ

Números Origem: 00111734320058190001 20050010117918 20050010409668 20060010334324  
20060010639664 201724503963

PAUTA: 23/02/2021

JULGADO: 23/02/2021

**Relator**

Exmo. Sr. Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. MÁRIO PIMENTEL ALBUQUERQUE

Secretária

Bela. MARIA AUXILIADORA RAMALHO DA ROCHA

**AUTUAÇÃO**

RECORRENTE : TERRA NETWORKS BRASIL S/A  
ADVOGADO : JOSE ROBERTO DE ALBUQUERQUE SAMPAIO E OUTRO(S) -  
RJ069747  
ADVOGADOS : ANA TEREZA BASILIO E OUTRO(S) - RJ074802  
THIAGO VILAS BOAS ZIMMERMANN E OUTRO(S) - RJ148790  
JÉSSICA WENDLER E OUTRO(S) - RJ201292  
RECORRIDO : TV GLOBO LTDA  
ADVOGADOS : FLÁVIO DIZ ZVEITER E OUTRO(S) - RJ124187  
MARIANA BURITY MARTINS E OUTRO(S) - RJ124397

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Obrigações - Espécies de Contratos - Prestação de Serviços

**SUSTENTAÇÃO ORAL**

Dr. JOSE ROBERTO DE ALBUQUERQUE SAMPAIO, pela parte RECORRENTE:  
TERRA NETWORKS BRASIL S/A

Dr. JOSÉ PERDIZ DE JESUS, pela parte RECORRIDA: TV GLOBO LTDA

**CERTIDÃO**

Certifico que a egrégia TERCEIRA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Terceira Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Ricardo Villas Bôas Cueva, Moura Ribeiro e Nancy Andrighi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Não participou do julgamento o Sr. Ministro Marco Aurélio Bellizze (art. 162, § 4º do RISTJ).